



Ata de R.P. nº 34/2017

Processo Administrativo Nº 5972/2016

Validade: 05/09/2018

**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E INSUMOS
AGRÍCOLAS A FIM DE IMPLANTAR A UNIDADE AGROECOLÓGICA NO
MUNICÍPIO DE MARICÁ**

Ao sexto dia do mês de Setembro do ano de dois mil e dezessete, a Municipalidade de Maricá, através do Órgão Gerenciador de Registro de Preços, integrante da Coordenadoria de Compras, situado na Rua Alvares de Castro, nº 346, nesta Cidade, aqui representado, nos termos do Decreto Municipal n.º 93/2012, por **Marcio Mauro Leite de Souza** portador (a) do R.G nº 013066324-8 e inscrito (a) no CPF sob nº 029.316.447-90, e a empresa **VICTER COMERCIAL LTDA ME**, situada na Rodovia Amaral Peixoto, nº 50, KM 25, Ponta Grossa, CEP: 24.900.000, CNPJ: 02.923.493/0001-67 neste ato representado por seu representante legal **Alcimar da Costa Motta**, portador do RG nº 08.522.179-4 e inscrito no CPF sob nº 012.896.237-24 nos termos do Decreto Municipal nº 135/2013, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. 562-568, HOMOLOGADA às fls. 580, ambas do processo administrativo nº 5972/2016, referente ao Pregão Presencial nº 82/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal n.º 135/2013.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	V. UNITÁRIO	QTD	V. TOTAL
1	CULTIVADOR MOTORIZADO EQUIPADO COM ENXADA ROTATIVA E ENLEIRADOR CARACTERÍSTICAS: PARTIDA ELÉTRICA, MOTOR 4 TEMPOS A DIESEL, COM NO MÍNIMO 11CV E NO MÁXIMO 14CV, 06 MARCHAS PARA FRENTE E 03 MARCHAS PARA RÉ, ROÇADEIRA FRONTAL E ENGATE RÁPIDO PARA ACOPLAMENTO DE IMPLEMENTOS.	UNID	yanmar	R\$ 33.099,00	2	R\$ 66.198,00
2	CARRETA CAP. MÍNIMA DE 600 KG, BASCULANTE, ALTA, CARROCERIA DE MADEIRA.	UNID	Bravo	R\$ 2.749,00	1	R\$ 2.749,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

3	ROÇADEIRA FRONTAL, OITO LÂMINAS DE AÇO, 800 MM DE LARGURA DE CORTE, COM ACOPLAGEM PARA MICROTRATOR.	UNID	kawashima	R\$ 4.499,00	2	R\$ 8.998,00
4	PULVERIZADOR MOTORIZADO PARA ACOPLAR EM MICROTRATOR, 250 L.	UNID	toyama	R\$ 13.499,00	4	R\$ 53.996,00
5	SULCADOR SIMILAR AIVECA DE 1 LINHA	UNID	boldan	R\$ 944,00	4	R\$ 3.776,00
6	ROÇADEIRA COSTAL A GASOLINA, 2 TEMPOS, MÍNIMO 45 CILINDRADAS	UNID	nagano	R\$ 949,00	6	R\$ 5.694,00
7	TRITURADOR DESFIBRADOR DE SECOS, ELÉTRICO MÍN. 12 CV. E 3.500 RPM	UNID	laboremus	R\$ 12.499,00	2	R\$ 24.998,00
8	TRITURADOR DE ÚMIDOS, ELÉTRICO, MÍNIMO 1,5 CV.	UNID	laboremus	R\$ 1.197,00	2	R\$ 2.394,00
9	MESA PARA SELEÇÃO DE PRODUTOS E EMBALAGEM DE ALIMENTOS EM AÇO INOX 90 X 180 CM	UNID	inoxval	R\$ 1.498,00	3	R\$ 4.494,00
10	TANQUE DE LAVAGEM DE FRUTAS, LEGUMES, VERDURAS E OUTROS EM AÇO INOX, COM CESTO, REGISTRO E ALÇA, CAPACIDADE 90 LITROS.	UNID	grave	R\$ 999,00	1	R\$ 999,00
11	CAIXAS PLÁSTICAS EMPILHÁVEIS E VAZADAS, 60 X 40 CM	UNID	maxicaixa	R\$ 28,00	30	R\$ 840,00
12	MULTIPROCESSADOR E PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL (GARANTIA DE 1 ANO)	UNID	bermar	R\$ 349,00	2	R\$ 698,00
13	EMBALADORA A VÁCUO, COM BARRA DE SELAGEM DE 210 MM, DE AÇO INOX, TAMPA DE ACRÍLICO, COM DURAÇÃO MÁXIMA DE 35 SEGUNDOS POR CICLO E BOMBA DE VÁCUO DE 5 M 3/H (GARANTIA DE 1 ANO)	UNID	Cetro	R\$ 4.999,00	2	R\$ 9.998,00
14	ETIQUETADORA DUAS LINHAS, 10 DÍGITOS EM CADA	UNID	artgraf	R\$ 99,00	2	R\$ 198,00
15	BACIA PLÁSTICA CAPACIDADE 32 L	UNID	giplas	R\$ 12,00	10	R\$ 120,00
16	BALANÇA DE BANCADA EM AÇO INOX COM CAPACIDADE DE 3KG (GARANTIA DE 1 ANO)	UNID	micheletti	R\$ 712,00	2	R\$ 1.424,00
17	ALICATE PARA FAZENDEIRO 10 POL.	UNID	starfer	R\$ 42,00	8	R\$ 336,00
18	ARAMES OVALADO 12"	MT	belgo	R\$ 0,47	200	R\$ 94,00
19	BALANÇA MECÂNICA 50 KG MIC 1ª	UNID	micheletti	R\$ 449,00	4	R\$ 1.796,00
20	BALDES PLÁSTICOS 20 L	UNID	giplas	R\$ 6,00	40	R\$ 240,00
21	CAIXA D'ÁGUA PLÁSTICA 500 L, COM TAMPA.	UNID	fortlev	R\$ 183,00	12	R\$ 2.196,00
22	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO CAPACIDADE 80 L, 1 RODA COM PNEU COM CÂMARA.	UNID	tramontina	R\$ 139,00	6	R\$ 834,00
23	CAVADEIRA RETA S/CB TRAM 77550 120 CM	UNID	starfer	R\$ 14,00	6	R\$ 84,00
24	CAVADEIRA ARTICULADO COM CABO DE MADEIRA 120 CM	UNID	starfer	R\$ 33,00	6	R\$ 198,00
25	COLETOR DE SOLO ESTRADO 80 CM. TIPO ESTRADO.	UNID	trado	R\$ 249,00	4	R\$ 996,00
26	ENXADÃO 2,5 LIBRAS, 190X 205	UNID	starfer	R\$ 26,00	6	R\$ 156,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

	MM					
27	ENXADAS 2,5 LIBRAS, 248X 305 MM	UNID	starfer	R\$ 17,00	10	R\$ 170,00
28	BOTA BORRACHA CANO ALTO 38 CM, COR BRANCA, SOLADO ANTI DERRAPANTE;	UNID	acqua	R\$ 27,00	30	R\$ 810,00
29	AVENTAL PVC, FORRADO, COM AMARRIO NA CINTURA, 100 CM DE COMPRIMENTO POR 70 CM DE LARGURA;	UNID	plastcor	R\$ 6,00	30	R\$ 180,00
30	TOUCA TNT, COM ELÁSTICO DUPLO. PCT 100	UNID	refrigel	R\$ 9,00	30	R\$ 270,00
31	EQUIPAMENTO EPI (CAPACETE COM MÁSCARA, LUVA, CANELEIRA E BOTA)	UNID	n/c	n/c	2	n/c
32	FACÃO AÇO CARBONO 20", CABO POLIPROPILENO, COM BAINHA.	UNID	starfer	R\$ 42,00	10	R\$ 420,00
33	LIMA CHATA	UNID	starfer	R\$ 19,00	10	R\$ 190,00
34	MARRETA COM CABO DE 2 KG.	UNID	starfer	R\$ 25,00	4	R\$ 100,00
35	BOMBONA 200 LITROS COM TAMPA REMOVÍVEL (NÃO PODE TER ARMAZENADO PRODUTO QUÍMICO)	UNID	master	R\$ 122,00	6	R\$ 732,00
36	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	UNID	3m	R\$ 5,00	4	R\$ 20,00
37	GARRAFA TÉRMICA DE 5 LITROS	UNID	clink	R\$ 24,00	6	R\$ 144,00
38	MOTOSERRA PEQUENA À GASOLINA	UNID	vulcan	R\$ 799,00	2	R\$ 1.598,00
39	ANCINHO COM CABO MADEIRA, COM 3 DENTES 22 CM,	UNID	starfer	R\$ 6,00	5	R\$ 30,00
40	ANCINHO COM CABO PLÁSTICO, COM 3 DENTES 22 CM,	UNID	starfer	R\$ 7,00	5	R\$ 35,00
41	FOICE ROÇADEIRA COM CABO 1,00 M, COM OLHO DE 35 MM	UNID	starfer	R\$ 39,00	10	R\$ 390,00
42	FUNIL MÉDIO DE PLÁSTICO, Nº 4, 12 CM.	UNID	giplas	R\$ 1,00	10	R\$ 10,00
43	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA ELÉTRICA 3/8" (SIMILAR OU SUPERIOR GSR 7-14 E)	UNID	vonder	R\$ 212,00	4	R\$ 848,00
44	MACHADO CARBONO, 100 X 20 X 4 CM	UNID	starfer	R\$ 59,00	5	R\$ 295,00
45	MADEIRAS DIVERSAS: MOURÕES DE EUCALIPTO TRATADO 21 CM DIÂMETRO X 2,5 M DE ALTURA (GARANTIA 15 ANOS);	UNID	mp	R\$ 49,00	30	R\$ 1.470,00
46	RIPA DE PINUS TRATADO (5 CM X 10 CM X 5 M);	UNID	mp	R\$ 59,00	20	R\$ 1.180,00
47	RIPAS PINUS TRATADO (5 CM X 20 CM X 5 M)	UNID	mp	R\$ 119,00	40	R\$ 4.760,00
48	RIPAS DE PINUS TRATADO (5 CM X 10 CM X 2,5 M) PARA MONTAGEM DE CAVALETE.	UNID	mp	R\$ 29,00	20	R\$ 580,00
49	MARTELO UNHA DE 25 MM COM CABO DE MADEIRA	UNID	starfer	R\$ 12,00	10	R\$ 120,00
50	PÁ DE BICO COM CABO DE 71 CM	UNID	starfer	R\$ 19,00	10	R\$ 190,00
51	PENEIRA PARA AREIA DE 55 CM COM ARO DE MADEIRA	UNID	cl	R\$ 16,00	10	R\$ 160,00
52	PINCÊIS COM CERDA BRANCA ½"	UNID	atlas	R\$ 3,00	20	R\$ 60,00
53	PLANTADEIRA ADUBADEIRA MANUAL CHAPA ZINCADA.	UNID	krupp	R\$ 89,00	10	R\$ 890,00
54	PREGO COM CABEÇA AÇO (21 X 42)	KG	gerdau	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

55	PREGO COM CABEÇA AÇO (19 X 30)	KG	gerdau	R\$ 7,00	50	R\$ 350,00
56	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL DE COMPRESSÃO PRÉVIA 20 L	UNID	disma	R\$ 99,00	4	R\$ 396,00
57	REGADORES DE PLÁSTICO 10 L.	UNID	worker	R\$ 12,00	20	R\$ 240,00
58	SEMENTEIRA BANDEIJA 204 CÉLULAS, SEXTAVADAS PARA PRÉ CULTIVO 12 X 30 MM INTERNA E 288 X 380 MM EXTERNO.	UNID	isla	R\$ 4,00	200	R\$ 800,00
59	SERROTE PROFISSIONAL 20" CABO DE MADEIRA EMBORRACHADO C103 BLACK JACK	UNID	tramontina	R\$ 27,00	8	R\$ 216,00
60	SULCADOR MANUAL PARA JARDIM	UNID	toyama	R\$ 299,00	4	R\$ 1.196,00
61	TELAS SOMBRITE POLIETILENO 50% 40/DCM	MT	cl	R\$ 2,00	700	R\$ 1.400,00
62	TESOURA DE PODA ALUMÍNIO FORJADO, DOIS GRAUS.	UNID	tramontina	R\$ 54,00	8	R\$ 432,00
63	TINTA ESMALTE ACETINADO BRANCO 3,6 LITROS.	UNID	metalatex	R\$ 34,00	20	R\$ 680,00
64	TUBETES POLIETILENO: TUBETE CULTIVO MUDAS, MATERIAL POLIETILENO, ALTURA 135 MM, DIÂMETRO INTERNO 35 MM, DIÂMETRO EXTERNO 38 MM, COR PRETA, FORMATO REDONDO, CAPACIDADE 75 CM3, APLICAÇÃO PRODUÇÃO MUDAS	UNID	mf	R\$ 0,47	400	R\$ 188,00
TOTAL						R\$ 216.354,00

CLÁUSULA SEGUNDA-DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA.

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a secretaria requisitante para assinatura do contrato

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade, devendo a documentação ser entregue à unidade requisitante.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota fiscal-fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados..

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I - advertência;

II - multa moratória de 1,0 % (um por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 047/2013.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro *rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, pro *rata die*.

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMM à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maiores devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

72.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4 A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular dos órgãos participantes do presente registro:

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca;

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão as mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados ou enviados através de "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.656/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. Requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado

10.2.3. Observar as determinações do Decreto nº 047/2013.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS/ÓRGÃO GERENCIADOR

condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3.4. Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

10.3.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, 06 de Setembro de 2017.

Marcio Mauro Leite Souza

Secretário de Administração

Secretário de Administração
Mat. 106 002

Alcimar da Costa Motta
VICTER COMERCIAL LTDA ME

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____

R.G. nº: _____ R.G. nº: _____